

Mitos, Monstros e Monstregos

Jose Adil Blanco de Lima¹

Resumo:

Este estudo pretende, a partir de breves apontamentos sobre a trajetória intelectual de Sergio Buarque de Holanda, refletir sobre alguns aspectos trabalhados pelo historiador brasileiro em *Visão do Paraíso*: os mitos de paraíso terrestre e as visões de monstros e criaturas fantásticas, presentes nos relatos de viajantes do século XVI durante a época do descobrimento e colonização do Novo Mundo, assim como o seu papel na formação da nação brasileira.

Palavras-Chave: Monstros, Mitos, Sergio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*

Myths, Monsters and Monstrosities

Abstract:

This study aims, from brief notes about the intellectual history of Sergio Buarque de Holanda, reflect on some aspects worked by Brazilian historian in *Visão do Paraíso*: the myth of terrestrial paradise and visions of monsters and fantastic creatures, in the chronics of travelers of the sixteenth century during the time of discovery and colonization of the New World, as well as its role in the formation of Brazil.

Keywords: Monsters, Myths, Sergio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*

I.

Nos anos iniciais da década de 1950, o professor Alfredo Ellis Jr., catedrático de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia da USP, teve que se afastar do cargo devido alguns problemas graves de saúde. Nessas circunstâncias, o professor de Política da mesma instituição, Lourival Gomes Machado (antigo amigo de Holanda e de Antonio Candido), sugeriu o nome de Sergio Buarque como possível substituto daquela cátedra. De fato, ele parecia o candidato ideal para a vaga; havia uma forte empatia entre Sergio Buarque e a USP. A criação desta Universidade estava entre as

¹ Mestrando em história da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail para contato: adil.lima@yahoo.com.br

aspirações dos intelectuais modernistas – grupo em que Holanda se incluía - desde 1922, devido ao interesse destes pela abordagem científica da realidade do país. Além disto, nestes anos Sergio Buarque já gozava de considerável prestígio intelectual. O autor já havia se destacado com dezenas de artigos e resenhas em seus anos de juventude e de militância modernista; havia publicado *Raízes do Brasil* em uma das editoras mais famosas do país; possuía experiência como professor da extinta Universidade do Distrito Federal, nas áreas de história e literatura; trabalhou na Biblioteca Nacional (1943-1946), além de ter dirigido o Instituto Nacional do Livro (1939-1943) e o Museu Paulista (1946-1956).

Quando recebeu o convite para participar do concurso de cátedra, Sergio Buarque de Holanda encontrava-se imerso em estudos de crítica literária, debruçado, sobretudo, na literatura da América Portuguesa. Desde o começo dos anos 1940 preparava um volume para a malograda coleção *História da Literatura Brasileira*, projetada por Álvaro Lins para a editora José Olympio. No início da década seguinte, organizou e publicou *A Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial* (1952) sob encomenda do Instituto Nacional do Livro. Na publicação de *Caminhos e Fronteiras*, em 1957, anunciava também a publicação de uma obra em três volumes ainda em estado de preparação: *A Era do Barroco no Brasil: cultura e vida espiritual nos séculos XVII e XVIII*.

Para se submeter ao concurso era necessário defender uma tese de história. Mas antes disto, havia outro obstáculo. Apesar de seu currículo intelectual invejável, Sergio Buarque de Holanda não possuía formação acadêmica na área (formou-se em direito em 1925, embora quase não tenha praticado a profissão), requisito necessário para realizar o concurso de cátedra. Assim, o autor de *Raízes do Brasil* se dispôs a fazer um curso de mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, instituição de ensino superior em que trabalhou como professor de História Econômica do Brasil entre 1947 e 1955. Tendo ingressado no mestrado em 1956, Sergio Buarque de Holanda defendeu sua dissertação *Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos*, dois anos mais tarde, meses antes de prestar o concurso a cátedra da USP. Sergio Buarque havia decidido transformar a introdução de seu estudo sobre o barroco luso-brasileiro em uma tese de história. Em novembro de 1958 apresentara a tese acadêmica *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos do Descobrimento e Colonização do Brasil* (CANDIDO 1992, p. 95).

II.

Na tese de cátedra, Sergio Buarque tinha como objeto de pesquisa os mitos edênicos (crenças inspiradas na teologia medieval de que o Paraíso, longe de ser um conceito abstrato e inatingível, era um lugar distante, porém, ao alcance efetivo dos homens) que povoavam o universo mental de portugueses e castelhanos na época das grandes navegações e conquistas no Novo Mundo. Para tanto, o autor identificou, em escritos da cultura Ocidental, uma série de regularidades discursivas de temas relacionados às descrições paradisíacas que também estavam presentes nos relatos de viajantes europeus no processo inicial de colonização do Novo Mundo. O estudo comparado deste conjunto de textos permitiria ao historiador se aproximar do modo de pensamento e da visão de mundo destes personagens históricos, jogando, assim, nova luz no entendimento da cultura e sociedade da América Portuguesa.

Sergio Buarque de Holanda alertava para o fato de que as pessoas, durante os séculos XVI e XVII, guardavam uma dose de inocência maior do que as dos nossos dias. Em tempos de ciência e tecnologia é difícil compreender o fascínio e o gosto pelo fantástico. O homem de princípios da era moderna, ao contrário, era muito mais suscetível a aceitar de bom grado maravilhas e fantasias. Tal característica é peculiarmente interessante no caso de viajantes e colonizadores. Estes desbravadores do Novo Mundo encontraram em suas aventuras novas faunas, floras e sociedades. Muitas vezes diante do estranho, do assustador e do inexplicável, vivenciavam o conflito entre o real e o possível (HOLANDA, 2000, p. 1).

Uma verdadeira “psicose do maravilhoso” atingia, com pequenas diferenças, a todos os espíritos do período. Não se impunha somente a singeleza e credulidade da gente ignorante e popular. Não se fazia sentir somente em livros de devoção ou recreio, mas ainda em descrições de viagens reais ou fictícias, e, sobretudo, nas obras de cosmógrafos e cartógrafos. Em *Visão do Paraíso*, Sergio Buarque buscava reconstruir o caminho dessa tópica das visões do paraíso, recheada de concepções bíblicas e idealizações pagãs.

As visões do paraíso tiveram seu ponto de partida no livro do Gênesis, 2, 9-25, e 3, 1-24, onde narra-se como Deus, tendo criado o homem a sua imagem e semelhança, plantou para sua habitação um vasto jardim repleto de plantas agradáveis à vista e boas para a alimentação. Bem no meio desta imensa variedade vegetativa, o Sr. Deus

posicionou a árvore da vida e a árvore do conhecimento do bem e do mal, cujos frutos, proibidos ao homem, dariam vida eterna e consciência, respectivamente. Apesar da única proibição imposta por Deus, Adão e Eva foram enganados pela serpente e acabaram comendo do fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal, saindo, portanto, do estado de perfeita inocência e ignorância em que tinham sido criados. Logo após o primeiro ato de transgressão humana, a dura repressão divina. Deus expulsou Adão e Eva do Paraíso, condenando-os a sofrimentos e dores até então desconhecidos. Para impedir uma tentativa de retorno por parte dos transgressores recém-castigados, Deus botou querubins armados com espadas flamejantes ao oriente deste maravilhoso e amplo jardim, com o intuito de proteger o caminho a árvore da vida.



Figura 1. Adão e Eva por Robert Crumbⁱ

Posteriormente esse núcleo inicial pertencente ao livro do Gênesis ganhou novos componentes oriundos do livro do Apocalipse. E, ainda depois, novos e sucessivos elementos foram tomados das crenças do paganismo antigo e do juízo interpretativo de teólogos e padres medievais, para então formar esse imenso amálgama que viria a se tornar a idéia medieval de Paraíso Terrestre. Ora, se Deus viu a necessidade de incumbir querubins para fechar o caminho que levava à árvore da vida, tudo levava a crer que aquele jardim - o Paraíso -, continuava a existir fisicamente em alguma parte da terra. Nada militava contra a realidade material e presente daquele horto que Deus montou para o primeiro homem logo após a criação. Muito provavelmente deveria se localizar pelas “bandas do Oriente”, como está no Gênesis.

De fato, a localização do Paraíso Terrestre sempre se manteve, para o imaginário europeu, próximo ao desconhecido. Acreditava-se, inicialmente, que se encontrava em ilhas orientais. Posteriormente, quando o conhecimento do globo terrestre passou a ser três continentes e três mares, deslocou-se cada vez mais em direção ao Oceano Atlântico.

A existência de crenças semelhantes entre povos pagãos antigos, como é o caso da lenda do horto das Hespérides surgida entre gregos e fenícios, viria a fortalecer a convicção no Paraíso Terrestre. Segundo a mitologia grega, Hera, madrasta de Hércules, após casar com Zeus, foi presenteada por Gaia com um jardim em uma ilha perdida no meio do oceano. Lá, Hera plantou uma macieira que produzia frutos de ouro, sob constante proteção de um dragão. O décimo primeiro dos doze trabalhos de Hércules foi coletar para Euristeu, rei de Tirinto e de Micenas, algumas destas maçãs douradas. Encontrar esse jardim foi tarefa mais complicada para o famoso semideus do que a coleta do fruto protegido por monstros. Hércules encontraria com muito custo uma ilha desabitada, mas vestida de espessas florestas, cortada de muitos rios e abundantes em frutos de várias espécies. Enfim, desde a Antiguidade encontram-se notícias, diretas ou indiretas, de navegantes sobre uma ou mais ilhas perdidas no meio do oceano, sem habitantes, coberta de densas florestas, com abundância de rios, árvores e frutas, de clima ameno, infestadas ou rodeadas de monstruosas criaturas, acessíveis aos homens somente através de mil perigos.

Na *Odisséia* de Homero, ainda no século V a.C, já havia referência a ilhas abençoadas que desconhecem a fome, peste, neve, tempestades, etc. Em Hesíodo também podem ser encontradas citações sobre Ilhas Afortunadas perdidas no oceano, que acomodariam os Elíseos. Mais tarde, Plutarco, retomando o mesmo tema ao contar a vida de Sertório, não deixou de se referir ao que um marinheiro hispânico contava sobre umas terras longínquas, perto de África, onde os ventos são calmos e as chuvas moderadas caem do céu como uma divina benção. Terras de fertilidade inaudita, com árvores altíssimas carregadas o ano inteiro de saborosos frutos também eram relatadas no mito da Idade de Ouro descrita em autores latinos como Ovídio e Virgílio. Portanto, a divulgação do Cristianismo estava longe de constituir embaraço para o bom crédito das antigas lendas pagãs. Pelo contrário, estas lendas viriam a reforçar a idéia da materialidade do Paraíso Terreal (HOLANDA 2000, pp. 184-189).

Um dos traços fundamentais presentes nas descrições destas paisagens ideais era o clima ameno (*locus amoenus*). Ernst Robert Curtius, autor de *Literatura Européia e*

Idade Média Latina (1948) e referência fundamental em *Visão do Paraíso*, identificou o *locus amoenus* como um *topos* literário bem delimitado de descrição de paisagens. As paisagens em questão são, geralmente, ilhas ou jardins onde se encontram frutos das mais diferentes espécies. As árvores que compõem esta paisagem produzem durante o ano inteiro; lá reina a eterna primavera e inexistem males como a fome e a doença (CURTIUS 1957, p. 202). A tópica do *locus amoenus* não estava somente em manifestações literárias, mas também se encontrava em relatos e crônicas de viajantes e conquistadores.

Colombo ao chegar à região do Haiti, por exemplo, descrevia maravilhado a formosura única da terra que encontrara. Tratava-se de uma ilha coberta de infinitas árvores que, ao seu ver, jamais perdiam suas folhas (vale lembrar que Colombo vê a vegetação haitiana em novembro, encontrando-a tão viçosa e viridente como a seria na Espanha em maio). Em função disto, o navegador genovês mantinha a convicção de que as Novas Índias recém-descobertas, para onde o guiara a mão da Providência, se situavam na orla do Paraíso Terreal. Para o conquistador espanhol Juan Ponce de León também não havia dúvidas de que ali, nas terras descobertas na América do Norte, ou em localidade muito próxima, se encontrava o Éden. Por volta de 1513, aos cinquenta anos e como quem quer corrigir os estragos do corpo, lançou-se León com seus homens mata adentro em busca do caminho da fonte de Juventa, constante apêndice do Paraíso Terreal, que muito se assemelha a história da árvore da vida presente no texto bíblico.

O fato é que a convenção literária dos motivos edênicos, onde a narrativa bíblica se deixara contaminar de reminiscências clássicas (mito da Idade de Ouro, do Jardim das Hespérides, etc) e também da geografia fantástica de outras épocas veio a afetar as descrições contidas nos relatos dos viajantes europeus do quinhentos e seiscentos (HOLANDA 2000, pp. 19-25).

Entretanto, ao lado das maravilhas edênicas também se entreviam monstros, espantos e perigos. Foi em Cuba que Colombo dava as primeiras notícias dos horrores da região: cinocéfalos (homens com cabeça de cachorro) e blêmias (homens sem cabeça e com olhos nos ombros) também eram nativos daquela terra. Portanto, o viajante genovês, assim como a maioria esmagadora dos descobridores de sua época, mostrava-se ainda tributário de velhas convenções eruditas que haviam sido forjadas, desde a antiguidade até o medievo, por inúmeros teólogos, historiadores, poetas, viajantes, geógrafos e cartógrafos. A crença na existência de monstros e seres fantásticos foi muito recorrente por toda a Europa até meados do século XVIII (PRIORE 2000, p. 102).

Durante o processo de descoberta e conquista do Novo Mundo, essas crenças mantiveram-se alinhadas ou muito próximas ao próprio tema do Paraíso Terrestre.

Desde os primeiros contatos entre Ocidente e Oriente no mundo antigo, o segundo transmitiu ao primeiro uma série de ornamentos abstratos e um bestiário fantástico que foram assimilados e integrados a seus sistemas culturais próprios. Ctesias de Cnido (398a.C), médico que passou parte da vida como prisioneiro na corte de Ataxerxes II, descreveu seres fantásticos com os quais travara contato em sua experiência em território oriental. Ctesias afirmava ter encontrado mantícoras (animal com corpo de leão, cabeça de homem, cauda de escorpião e três fileiras de dentes), grifos, unicórnios e formigas aladas gigantes. O famoso paleontólogo francês Georges Curvier discutiu até a data de sua morte, em 1832, a possibilidade de estes monstros serem fruto de uma imagem distorcida de animais que eram inexistentes nas terras do Ocidente. Segundo o estudioso francês o unicórnio, por exemplo, não passaria de uma deformada visão do rinoceronte.

Homero, eterna fonte de relatos de raças fantásticas, descrevia pigmeus, aves com pescoço longo como da girafa, ciápodas (donos de um único e avantajado pé que lhes servia de guarda-sol), cinocéfalos e blêmias. Outra grande fonte de inspiração sobre os monstros nessa época foi o *Romance de Alexandre*, compilação de cartas supostamente escritas por Alexandre Magno a sua mãe Olímpia e a seu preceptor Aristóteles. Durante suas campanhas e conquistas na longínqua Índia, Alexandre relatava mil aventuras e maravilhas. Enfrentou o rei da Macedônia o assalto de dragões, de porcos voadores, de pássaro-tigres, homens possuidores de seis braços e seis pernas, homens com cabeça de cavalo (hipocéfalos), mulheres barbadas, entre outros. Estes textos, que provocavam a fascinação do público, eram vistos como páginas fiéis da história e não como fábulas mágicas. Desde que as descrições de seres fantásticos fossem portadoras de uma razoável dose de realidade, eram facilmente aceitas pela população (PRIORE 2000, p.19).

A crença em monstros foi rapidamente adaptada também à religião cristã. Santo Agostinho (354-430), em pleno século V, foi um dos primeiros intelectuais cristãos a perceber a importância destes seres fantásticos no imaginário das populações. Refletindo sobre a questão “seriam os monstros simultaneamente homens e criaturas de Deus?”, o autor de *Cidade de Deus* respondia que estas criaturas prediziam e anunciavam antecipadamente tudo o que Deus ameaçava realizar futuramente aos corpos humanos. Apoiado no livro do Gênesis, Agostinho conclui que, se o dilúvio

renovou toda a população da Terra, as raças monstruosas descenderiam também da arca montada por Noé. Portanto, os monstros passaram a ser considerados como expressão da vontade divina, eram eles também criaturas de Deus. Mais tarde, o bispo espanhol Isidoro de Sevilha (576-636) compilou uma espécie de síntese de saberes antigos, religiosos e profanos que dedicava alguns capítulos a raças monstruosas e bestas humanas. As *Etimologias* foram traduzidas para língua vulgar e constituíram fonte fecunda de informações nas quais vários autores se abasteceram.

A partir do século XII, monstros e seres fabulosos adentraram também no domínio da arte religiosa cristã medieval. A arte gótica está repleta de representações monstruosas. No tímpano da Igreja de Vezelay, na França, há a representação de Deus abençoando todos os filhos de Adão, inclusive as raças monstruosas. De forma semelhante, na Igreja de São Denis, em Chartres, há reproduções de quimeras, centauros e grifos; assim como as Catedrais de Lyon e Notre Dame se encontram repletas de estátuas de gárgulas. Representações destes seres fantásticos acabaram se integrando ao recurso audiovisual de ensino religioso praticado durante a Idade Média. Os devotos tinham mais prazer em ler na pedra, no mármore e nas paredes do que em manuscritos escritos. Além disto, vale lembrar que as imagens atingiam uma gama populacional maior, tendo em vista os altos níveis de analfabetismo que havia na época. Assim, a Igreja Católica passou a conferir sentido alegórico aos monstros. Pigméus representariam a humildade, gigantes o orgulho, cinocéfalos a discórdia, etc.



Figura 2. Gárgula da Igreja de Notre Dame em Parisⁱⁱ

Durante o decorrer do século XIII, mais precisamente entre a invasão dos mongóis

a Khwarezmia liderados por Gêngis Khan, em 1219, e a dinastia Ming que, a partir de 1368, fechou as portas da Ásia a viajantes, os europeus se lançaram em navegações rumo ao Oriente. Incentivados pelas missões enviadas pelo papa Inocêncio IV, diversos aventureiros viajaram até as regiões da China e da Hungria. Estes também contavam em seus relatos o que viram e o que não viram. Enquanto diversos deles registram sua curiosidade sobre as raças monstruosas do Oriente, outros demonstram-se decepcionados por não se confrontar com os monstros descritos nas narrativas antigas. Entre os narradores mais famosos dessa época poderíamos citar Marco Polo e Jean de Mendeville. Os textos destes autores descreviam com sensível habilidade o mundo oriental, suas maravilhas e seus monstros, ganhando em função disto, inúmeras traduções e enorme repercussão na Europa (PRIORE 2000, pp. 18-33).

9

III.

Enfim, toda esta vasta literatura, todo este conjunto de crenças cristãs e pagãs, encontrava-se no universo mental dos navegadores e viajantes que entraram em contato com o Novo Mundo. Sergio Buarque nos lembra que colonizadores castelhanos e portugueses do século XVI mantinham o modo analógico de pensamento – que, dominante de forma absoluta durante o medievo, prolongou-se em muitos pensadores reconhecidos do Renascimento -, o que fazia com que estes preenchessem as lacunas de seu conhecimento com a erudição adquirida a partir de diversa literatura (bíblia, mitologia clássica, romances de cavalaria, relatos de viajantes, etc.). Certamente o modo analógico facilitou a convicção dos navegantes de encontrar monstros que já vinham sendo descritos há milênios, cujo credo de existência era inabalável. Assim se justifica as histórias de uma região habitada por mulheres guerreiras no Novo Mundo; histórias que se alastraram com a velocidade de uma epidemia. Notícias sobre tribos indígenas onde as esposas lutavam junto com os homens durante as batalhas certamente deram fôlego para mitos como as amazonas vestidas de lã de lhamas no Peru.



Figura 3. Blêmias e Amazonas também foram avistados no Novo Mundoⁱⁱⁱ

O “resgate” à antiguidade clássica operado durante a Renascença não colaborou para o rompimento com as concepções maravilhosas correntes durante o medievo, mas, pelo contrário, alimentou boa parte do imaginário mítico dos homens do século XVI. A imensa difusão que alcançariam certas imagens mitológicas clássicas na época dos descobrimentos teve importante papel para que cronistas e viajantes acreditassem ter encontrado, por exemplo, “amazonas americanas” no Novo Mundo. André Thevet, viajante francês, mostrou-se um leitor atento de Homero ao sugerir que as guerreiras amazonas encontradas no Brasil eram prováveis descendentes e herdeiras das amazonas da Antiguidade clássica, que haviam se dispersado após a Guerra de Tróia. De forma parecida, a literatura de viagens (reais ou fictícias) e os romances de cavalaria - que constituíam a leitura e inspiração de muitos conquistadores e navegantes ibéricos - foram fundamentais para que os relatos de monstros encontrados no Novo Mundo. Desse modo se compreende a semelhança entre os relatos realizados pelos castelhanos na ilha de Cuba com as descrições que Marco Polo apresentava sobre os habitantes da Ilha Ágama, que possuíam “cabeças de cão e dentes e focinho semelhantes aos de um grande mastim” (HOLANDA 2000, pp. 22-35).

A comparação entre os dois conjuntos de textos (escritos da cultura ocidental de matriz cristã e relatos de colonizadores e viajantes) não permitiu a Sergio Buarque de Holanda somente se aproximar do modo de pensamento de personagens históricas dos séculos XVI e XVII. Permitiu também ao autor dar continuidade a sua tese sobre a formação do Brasil.

Sergio Buarque notara que os lusitanos possuíam um fascínio pelo maravilhoso reduzido em comparação aos castelhanos. Os relatos de cronistas e viajantes

portugueses estavam recheados de um senso de realismo voltado para o particular e o concreto. Nos escritos que vão de Pero Vaz de Caminha a Frei Vicente de Salvador, passando por Pero de Magalhães Gandavo, “é uma curiosidade relativamente temperada, sujeita, em geral, à inspiração prosaicamente utilitária, o que dita as descrições e reflexões de tais autores” (HOLANDA 2000, p.5).

Ainda que compartilhassem o “senso do impossível” da era quinhentista e seiscentista, a atitude dos viajantes lusitanos contrastava violentamente com a de navegantes castelhanos, estes mais abertos ao fantástico. Segundo o autor de *Visão do Paraíso*, os portugueses

Podiam admitir o maravilhoso, e admitiam-no até de bom grado, mas só enquanto se achasse além da órbita de seu saber empírico. Do mesmo modo, em suas cartas náuticas, continuarão a inscrever certos topônimos antiquados ou imaginários, até o momento em que sejam levados a corrigi-los ou suprimi-los, conforme o caso (HOLANDA, 2000, p. 6)

Os navegadores lusitanos raramente contribuíam para a formação dos chamados mitos de conquista. Na realidade, tais mitos pareciam se rarefazer à medida em que penetravam o território da América Portuguesa. Sergio Buarque de Holanda não entendia, contudo, a adesão portuguesa ao real e ao imediato como uma característica essencialmente moderna. Para o autor, ao contrário, este atributo seria fruto de um tipo de mentalidade arcaizante e medieval

Nada fará melhor compreender tais homens, atentos, em regra geral, ao pormenor e ao episódico, avessos, quase sempre, a induções audaciosas e delirantes imaginações, do que lembrar, em contraste com o idealismo, com a fantasia e ainda com o senso de unidade dos renascentistas, o pedestre “realismo” e o particularismo próprios da arte medieval, principalmente de fins da Idade Média. Arte em que até as figuras de anjos parecem renunciar ao vôo, contentando-se com gestos mais plausíveis e tímidos (o caminhar, por exemplo, sobre pequenas nuvens que lhes serviriam de sustentáculo, como se fossem formas corpóreas), e onde o milagroso se exprime através de recursos mais convincentes que as auréolas e nimbo, tão familiares a pintores de outras épocas (HOLANDA, 2000, p. 2).

Sergio Buarque de Holanda insistia, a partir da comparação entre lusos e castelhanos, na perspectiva de uma continuidade de elementos medievais ao longo da formação de Portugal Moderno, como quem se indaga sobre os aspectos mais conservadores e arcaicos vigentes no próprio Brasil de sua época. Neste sentido, *Visão do Paraíso* pode ser entendido como uma contribuição a tese defendida pelo autor em seu livro de estréia de 1936.

Em *Raízes do Brasil*, o autor procurava identificar algumas das estruturas sociais que considerava como mais prejudiciais ao processo de modernização brasileira, que estariam diretamente conectadas ao nosso passado colonial e, por extensão, às práticas arcaicas dos portugueses colonizadores. A interpretação de Sergio Buarque em seu livro de estréia carrega consigo a clara intenção de intervir no presente, na medida em que a tomada de consciência dessas estruturas poderia abrir caminhos para modificações na sociedade do país. *Raízes do Brasil* representa a célula fundamental de seu autor sobre a sociedade brasileira, pois muitos de seus temas persistiram obstinadamente em suas obras posteriores. O livro de 1936 é, portanto, apenas um esboço de um projeto intelectual desenvolvido obstinadamente durante muitos anos.

Essa visão negativa do processo de formação do Brasil e de seu sentido exploratório, certamente um dos temas primordiais de toda a obra de Sergio Buarque de Holanda, passou por um complicado processo de elaboração até desempenhar um papel central, embora não tão evidente, em *Visão do Paraíso*. Existe uma conexão entre o livro de estréia e a tese de cátedra de Holanda.

Quando busca traçar o perfil do colonizador português em *Raízes do Brasil*, o autor o descreve como portador de um afã de tudo extrair, que visa sempre o lucro imediato e sem escrúpulos. Recorrendo a noção de “tipos ideais” de Max Weber, afirma que o português colonizador se encaixa na figura histórica do *aventureiro*. Esta figura explicaria bem o tipo de exploração agrária que ocorrera no processo de formação nacional. Entre os atributos do aventureiro poderíamos citar, por exemplo, a forte ânsia de prosperidade e a busca por títulos honoríficos, posições e riquezas fáceis. Ou seja, Sergio Buarque de Holanda sugeria que, ao louvar o ócio e não se importar com o trabalho metódico, os portugueses que ocuparam o território brasileiro, além de procurar constantemente fugir da monotonia do trabalho cotidiano, recusavam-se a modificar a face do mundo que aqui encontravam.

Portanto, outra característica fundamental dos colonos portugueses seria a sua *plasticidade*, sua capacidade de adaptação “desleixada” ao novo meio. O autor buscou desenvolver esse tema posteriormente em livros como *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1957). Em forte diálogo com a antropologia, com a cultura material e com a historiografia norte-americana, Sergio Buarque demonstrara nestas obras como a capacidade do português de incorporar conhecimentos provenientes das culturas indígenas e africanas foi fundamental para o processo de conquista e colonização do

interior do Brasil (BLAJ, 1998; MONTEIRO, 1999; NICODEMO, 2008; WEGNER 2000).

Na dissertação de mestrado (*Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos*), que Sergio Buarque de Holanda defendeu em julho de 1958 na Escola de Sociologia e Política, poucos meses antes da defesa de sua tese de cátedra, o autor expunha seu argumento central: a formação da sociedade portuguesa moderna destoa do contexto geral europeu em função de uma espécie de arcaísmo ligado a permanências medievais. Neste texto, o autor afirma que Portugal, durante a época da expansão ultramarina, não fez muito mais do que repetir práticas medievais e antigas, adaptando-as quando necessário à realidade de suas colônias.

Esse também é um dos eixos centrais de *Visão do Paraíso*. Se na tese de cátedra Sergio Buarque de Holanda privilegia a aclimação de permanências medievais na colônia brasileira, em *Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos* ele volta sua preocupação para a compreensão da sociedade portuguesa que coloniza. A colonização portuguesa seguiu o modelo medieval utilizado pelos genoveses na colonização de ilhas como Chipre e Creta. Era, então, uma colonização estruturada na implantação de feitorias, com objetivos comerciais e de defesa. Entretanto, de forma divergente do que sucedeu na experiência colonial das repúblicas italianas do medievo, entre os portugueses o poder monárquico conseguira submeter os interesses privados, transformando, assim, o Estado no primeiro negociante do país. Esta fórmula genovesa, baseada em feitorias e fortalezas espalhadas ao longo da faixa costeira, beneficiava, em vários aspectos, o controle do poder régio. Isolados, os entrepostos não conseguiriam comunicar-se entre si, mas somente com a metrópole (NICODEMO, 2008, pp. 163-167).

Em suma, a comparação entre textos produzidos por portugueses e espanhóis, permitiu a Sergio Buarque de Holanda observar características lusitanas oriundas de elementos arcaicos e conservadores. Eram estes elementos de herança medieval que, ainda presentes no Brasil, o historiador considerava como obstáculos para o processo de modernização do país. Salientando estes elementos incômodos em nosso presente, o autor pretendia colaborar para a superação e desprendimento dos mesmos.

Fontes das Imagens:

ⁱ CRUMB, Robert. *Gênesis*. São Paulo : Conrad Editora do Brasil. 2007, p.19.

ⁱⁱ http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Notre_dame-paris-view.jpg

ⁱⁱⁱ http://images1.wikia.nocookie.net/_cb20080506223351/fantasia/pt/images/1/1b/HulsiusRaleighblemma.jpg

14

Referências Bibliográficas:

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. (dissertação). Campinas : Unicamp, 1997.

_____. *Outros lados – Sergio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*, (tese). Campinas : Unicamp, 2003.

CURTIUS, E.R. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1957.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sergio Buarque de Holanda*. (dissertação) Campinas : Unicamp, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo : Editora Brasiliense, 2000.

PRIORE, Mary Del. *Os esquecidos de Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido*. São Paulo : Edusp, 2008.

Sérgio Buarque de Holanda : 3º Colóquio UERJ – Rio de Janeiro : Editora Imago, 1992.

Recebido em fevereiro de 2012

Aprovado em outubro de 2012.